

AS AÇÕES SOCIAIS DA IGREJA UNIVERSAL: RECRUTAMENTO E EMPREENDEDORISMO NO *A GENTE DA COMUNIDADE* DE BELO HORIZONTE

Nina Rosas
Universidade Federal de Minas Gerais*

Resumo. Este artigo trata das práticas sociais desenvolvidas pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) a partir da análise do programa *A Gente da Comunidade*, situado em Belo Horizonte. Ressalta-se o requerimento de uma espécie de “atestado de probidade” para balizar o ingresso dos fiéis participantes do programa. Também se evidencia a formação de um *ethos* empreendedor disciplinado, como consequência do modo de seleção. Através deste exemplo, vê-se que as ações sociais da Igreja Universal são gerenciadas a partir de rubricas de sucesso, que permitem o desenvolvimento de uma assistência improvisada e incipiente, mas que estrutura um dos possíveis mecanismos de mobilidade intraeclesial.

Palavras-chave. Igreja Universal do Reino de Deus, ação social, *A Gente da Comunidade*, empreendedorismo.

Abstract. This article is about the social action developed by Universal Church of the Kingdom of God (UCKG). The charity of this church will be analyzed considering a specific program located at Belo Horizonte – the *A Gente da Comunidade*. Taking into account the way this church organizes its philanthropy in that location, it is noted the requirement of a “certificate of righteousness”, which permits the access within the social actions and the construction of a disciplined entrepreneur ethos as a result of this mode of selection. Understanding the social practice through Belo Horizonte example, it is possible to see that the charity of Universal Church is organized just by the successful names of social projects. This allows the development of an improvised and incipient social action, which however structure members’ mobility in the church.

Keywords. Universal Church of the Kingdom of God, social work, *A Gente da Comunidade*, entrepreneurship.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tem sido estudada em larga medida por pesquisadores da religião que buscam compreendê-la em seus muitos aspectos: hábitos, crenças, rituais, influências teológicas, percurso histórico, composição demográfica, inserção política, relações de

gênero, reações a processos de mudança na sociedade civil, ações sociais etc. De fato, em 2005, já eram mais de 500 estudos sobre a Igreja Universal (Campos, 2005), o que no mínimo reflete a importância dessa organização religiosa brasileira, como visto, por exemplo, no efeito mimético produzido por ela em outras religiões, ao instigá-las a participar da vida política (Oro, 2003) e a publicizar os discursos de fé. Considerando os muitos aspectos possíveis para se estudar a IURD, este artigo está orientado pelo eixo de análise da prática social. O assistencialismo¹ iurdiano não é um tema novo, mas em função de vir sofrendo diversas mudanças, ainda fomenta constantes investigações².

A IURD foi criada na década de 70 e é considerada uma igreja neopentecostal³, composta por uma maioria de pardos e negros, que possui escolaridade e renda abaixo da média da população. Enquanto alternativa religiosa, ela prega o combate efervescente a demônios e hostes malignas, e funde as concepções de uma realidade dicotomizada entre o ‘bem’ e o ‘mal’ com a fé na ação de Deus no presente terreno. Segundo a argumentação dessa igreja, a maior parte dos problemas sociais é decorrente da ação de demônios e entidades que precisam ser expelidas. Desse modo, é factível perguntar como esses religiosos desenvolvem sua filantropia. Uma análise superficial tenderia a nos fazer crer que a IURD combate a pobreza somente fazendo apelos para que os fiéis doem grandes ofertas monetárias nos rituais de libertação. Assim, as quantias arrecadadas seriam empregadas ou em projetos proselitistas, ou permitindo o enriquecimento pessoal da liderança. Isso acontece, mas há algo além.

A fim de aprofundar o entendimento sobre as ações sociais da Igreja Universal, o recorte desenvolvido neste texto recuperará as principais asserções já realizadas sobre a beneficência da IURD, e trará ainda uma análise das obras realizadas em Belo Horizonte. O conteúdo empírico apresentado é decorrente de minha dissertação de mestrado, para a qual realizei aproximadamente um ano de observação participante na sede estadual de um programa de assistência promovido pela igreja, a saber, o *A Gente da Comunidade* (AGC) de Minas Gerais. Esta sede está localizada em Belo Horizonte, e até então não tinha sido objeto de investigação.

No contexto observado, a caridade apresenta uma faceta curiosa: ela é incipiente, mal organizada, e quase sem eventos em formato de grandes mutirões sociais. O que salta aos olhos nessa filantropia é o estabelecimento de determinados critérios para a seleção dos recebedores da assistência, pois os auxílios oferecidos se destinam apenas a um pequeno número de

pessoas. Decorrente dessa mediação, os membros⁴ desenvolvem algo que denomino de *ethos* empreendedor⁵. Isto é, buscando se diferenciar uns dos outros e “comprovar sua moral”, os iurdianos desenvolvem uma propensão individual significativa à disciplina, esforço e dedicação ao trabalho eclesial. Assim, o artigo focaliza a dimensão do empreendedorismo dos fiéis, ao mostrar como a igreja consegue engendrar em alguns de seus adeptos uma potencialidade que orienta comportamentos e valores. E essa disciplina, ao distinguir os crentes, baliza o trânsito intraeclesial. O presente estudo permite ainda defender que a ação social da IURD nos dias de hoje funciona a partir de rubricas de sucesso, afinal, os programas podem variar de acordo com a região em que estão localizados⁶.

Para orientar a discussão, o texto está dividido em quatro partes. A primeira visa recuperar transversalmente as principais concepções presentes na literatura sobre a prática social da IURD, para que seja possível compreender melhor a dinâmica das ajudas atuais⁷. Já a segunda seção descreve o *A Gente da Comunidade* pesquisado. O terceiro tópico versa sobre um dos pilares em que está estruturado o programa belo-horizontino, a saber, a “comprovação da probidade” como modo de seleção dos ingressos na assistência. Nesta parte, tomo como inspiração teórica os achados weberianos sobre as seitas protestantes dos EUA do início do século XX, ainda que a estrutura hierárquica da IURD e das seitas estadunidenses seja completamente distinta. Na quarta seção será enfatizado o micro empreendedorismo dos envolvidos na ação social, mostrando que tal comportamento ajuda a compreender a mobilidade religiosa dentro de um contexto eclesial tão mutante como é o da IURD. Abre-se a discussão.

A ação social da IURD: uma incursão pela literatura

Um breve panorama das considerações socioantropológicas sobre o lado assistencialista da IURD será apresentado adiante com vistas a mapear reflexões cruciais que foram feitas até a presente data. Estas, em maior ou menor medida, dialogarão com a exposição que seguirá sobre o modo como os belo-horizontinos da Universal põem em prática as obras sociais.

A literatura especializada se concentrou majoritariamente na análise de uma das maiores organizações filantrópicas brasileiras, que existia no meio protestante/pentecostal e que fora criada pela IURD – a *Associação Beneficente Cristã* (ABC), reconhecida como entidade de utilidade pública em

1997⁸. Por meio dela, os iurdianos recolhiam e administravam doações de alimentos, materiais escolares, roupas e itens de higiene; promoviam cursos, faziam campanhas, e apoiavam projetos sociais ligados a instâncias não religiosas. Tal associação, além de concentrar por cerca de oito anos a maior parte dos esforços da prática social dessa igreja, teve um papel imprescindível como um dos mecanismos a fazer uma ponte entre a fé neopentecostal e a política. Essa entidade se multiplicou em unidades regionais e locais como a organização formal das benesses iurdianas. Contudo, cabe antecipar, que a maior parte de suas unidades chegou a um (talvez irreversível) fim no Brasil⁹, de modo que atualmente salientam-se outras formas de articulação da beneficência.

Na década de 90, Ricardo Mariano (2005) mostrou a ação social da IURD ressaltando que poucos benefícios sociais eram realizados para os membros da igreja. Segundo ele, tratava-se de um assistencialismo para “não libertos”, na maior parte das vezes proselitista, como eram as ajudas desenvolvidas pela ABC. Para o autor, a *Associação Beneficente*, além de criada para concorrer com projetos religiosos e de movimentos paraeclesiais, também visava combater as críticas que a IURD vinha sofrendo por parte da imprensa e da mídia, além de fazer frente às iniciativas da VINDE¹⁰, presidida pelo pastor Caio Fábio, com quem o bispo Macedo (principal líder da IURD) mantinha grandes e antigas desavenças. Para Mariano, a ABC engrenou quando participou de maneira efetiva da *Campanha contra a Fome*, ocasião em que distribuiu agasalhos e mantimentos em favelas e a vítimas de desastres naturais. Naquela época, a filantropia da IURD se apresentava basicamente em cinco frentes: o projeto de alfabetização *Ler e Escrever*, as visitas a dois orfanatos e a dois asilos no Rio de Janeiro, a gerência da *Fundação Pestalozzi*¹¹ em São Paulo, a multiplicação da *Associação Beneficente Cristã*, e as visitas aos presidiários.

Outro autor que também considerou a ação social da igreja foi Emerson Giumbelli (2002). Ao tratar dos dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França, Giumbelli relatou que a dita associação, além de possuir uma revista própria, era promovida pela mídia da igreja (o jornal *Folha Universal* e a Rede Record) a fim de aparar as críticas sofridas e ser um ícone para a publicização da IURD. Segundo ele, a ABC atuava, além das frentes mencionadas, no auxílio aos dependentes de drogas, na manutenção de postos de saúde, e com orientação familiar; além de receber verba municipal de São Paulo. Através dela, em 1995-1996, a Universal estabeleceu um canal direto na política, por exemplo, com a promoção de Aldir Cabral a titular da

Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social. Além disso, os vereadores que eram ligados à IURD foram nomeados representantes regionais da entidade (Giumbelli, 2002, p.348-350), o que estabeleceu definitivamente o modo iurdiano de fazer política via ações assistenciais.

Regina Novaes (2007) também considerou a filantropia da ABC. Para ela, além de a entidade ter de fato o sentido atribuído por Mariano, também mantinha uma prática caritativa em função da valoração da beneficência e da predisposição de doar (características herdadas da cultura do catolicismo brasileiro). Para a autora, seria possível entender a prática de caridade da Universal como uma combinação de dois fatores: as justificativas dos agentes (ganhar almas através de obras sociais), e a apropriação de categorias leigas e contemporâneas do campo do voluntariado e da assistência (Novaes, 2007).

Além desses autores, na publicação mais referenciada sobre a Igreja Universal – *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé* – Machado (2003) tratou especificamente da ação social da IURD, ressaltando o crescimento da participação pentecostal e neopentecostal em assistências, e afirmando que:

[...] O cuidado sistemático da liderança desta denominação na divulgação de suas obras sociais é uma decorrência da necessidade de criar um mecanismo de legitimação para o grupo, mas que certamente tem a ver também com a conjuntura sócio-política do país (Machado, 2003, p.304).

Essa perspectiva, de certo modo seguiu as mesmas trilhas do argumento desenvolvido por Giumbelli (2002). Em sua análise, Machado (2003) dividiu a atividade social da igreja em três períodos distintos. O primeiro iria de 1977 a 1993. Ele se caracterizava pelo desenvolvimento de práticas (principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo) que refletiam o ideal de evangelização e expansão da IURD. Eram: as assistências tradicionais (visitas a hospitais e presídios), a difusão do programa de alfabetização (*Ler e Escrever*), o programa radiofônico *A hora do presidiário*, e a atuação nas entidades *Pestalozzi* e *Leão XIII*¹². Nesse contexto, pastores e obreiros estavam à frente das ações beneficentes, e encaravam o trabalho social como uma extensão de seus compromissos com a igreja.

A segunda fase citada por Machado teria se estendido de 1994 a 1998, com a criação da *Associação Beneficente Cristã*. O principal ponto enfatizado pela autora é que a ABC era um exemplo de como a IURD seguia a tendência e as estratégias do campo religioso e do campo do voluntariado, algo que é retomado por Novaes¹³. A ABC também atuava em campanhas

de planejamento familiar, que para Machado, vinham acompanhadas de um repasse de contraceptivos e anticoncepcionais, advindos dos governos estaduais e municipais (Machado, 2003, p.312). Segundo ela, soma-se a isso o fato de que o apoio dado a figuras públicas como Maluf e Celso Pitta resultou num maior espaço à entidade beneficente e no desenvolvimento de parcerias, culminando em vários projetos sociais. De 1999 em diante, começava uma terceira fase, em que a IURD criava o *Projeto Nordeste*¹⁴, que visava lançá-la como realizadora de trabalhos mais duradouros e menos pontuais. Segundo Machado, a proposta era criar um “polo agroindustrial”, que acabou colaborando para a eleição do bispo Marcelo Bezerra Crivella; o que mostra como o investimento em obras sociais estava aliado ao engajamento e promoção das carreiras políticas dos líderes iurdianos (*idem*, p.320)¹⁵.

Um autor que resumiu bem o sentido que a literatura dava às obras sociais da IURD foi Flávio Conrado (2006). Apoiado nas concepções de Machado e Birman, e seguindo a mesma trilha dos outros autores, ele apontou a ABC como mediadora da construção de uma nova imagem da igreja, cunhada por meio do compromisso com os excluídos e visando posicionar a Universal na esfera política mediante aproximação com o Estado. Isso significou a disseminação de “uma versão pentecostal de solidariedade com os pobres brasileiros, sendo que grande parte de seus fiéis estava entre eles” (Conrado, 2006, p.23).

Cito por último a pesquisadora Eva Lenita Scheliga (2010), que se dedicou especificamente à análise das obras sociais da IURD em comparação com a Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS). Scheliga atualizou a compreensão da rotina das obras fraternas da igreja e seu trabalho remete justamente ao período posterior ao fechamento da ABC. Dentre os vários pontos interessantes de sua tese de doutorado, ressaltarei os que julgo mais importantes para a presente discussão.

Segundo a autora, a *Associação Beneficente Cristã*, especificamente a sede do Rio de Janeiro, é, juntamente com o *Projeto Nordeste*, uma iniciativa de caráter modelar, pois, trata-se de projetos que podem ser considerados um padrão para outras experiências humanitárias desenvolvidas pela própria IURD (Scheliga, 2010, p.128). Para Scheliga, as várias unidades da ABC, apesar de assumirem características regionais, estavam estruturadas a partir dos seguintes eixos: cursos (extracurriculares e profissionalizantes), projetos (de educação, suporte psicológico, atividades culturais, dentre outros), e eventos (como mutirões sociais). Já o *Projeto Nordeste*, cunhado em prol de combater as secas da região árida e auxiliar vítimas de desastres

naturais, estaria sendo sustentado por três pilares replicáveis: a arrecadação de alimentos e água, a gravação e comercialização de um CD evangélico, e a elaboração de um projeto local. Essa ideia de replicação de um modelo aparece novamente na perspectiva de Scheliga quando a autora trata do projeto de alfabetização da IURD, o *Ler e Escrever*, que teria sido reproduzido nas diversas Universais até 1994, assim como as práticas de arrecadação e distribuição de alimentos (como os sopões).

Scheliga afirma que após o fechamento da ABC, o movimento observado fora o de conferir maior projeção ao *A Gente da Comunidade* – entidade gerenciadora da assistência regional, e que, em São Paulo, passou a coordenar as atividades de orientação jurídica, atendimento médico, e embelezamento. Evocando certa “tradição de obras sociais”, o *A Gente da Comunidade*, enquanto parceiro do *Instituto Ressoar* estaria solidificado pelos sustentáculos do evangelismo e de ações nos bairros carentes. Segundo ela, destaque foi conferido ainda ao *Ler e Escrever*, que passou a ser uma espécie de “departamento social da IURD”, substituindo algumas ações da ABC e organizando cursos como o de espanhol, inglês, libras, informática, cabeleireiro e marketing; além de “intermediar relações burocráticas” (Scheliga, 2010, p.137). Data da mesma época dessas mudanças o surgimento de grupos como o *Universitários Solidários* e a *Associação de Mulheres Cristãs*, que passaram a apoiar atividades do *Instituto Ressoar*. A cargo desses grupos, e dos de evangelização, ficaram as visitas a asilos, abrigos, presídios e comunidades. O evangelismo unia os demais grupos da IURD sob o mesmo ideal, o de ganhar almas, compartilhando, assim, “códigos de eficiência e cooperação”, e contribuindo para a “objetivação de disposições” que “orientam um saber fazer” assistência (*idem*, p. 236).

Ainda segundo a autora, o ideal da prosperidade estaria sendo enfatizado pelo reforço de que os prósperos são bem sucedidos porque se dispõem a doar. As noções de “desafio” e “sacrifício” conciliariam prosperidade e assistência através da doação dos voluntários; posição que compartilha embora ressaltando através de outros matizes. Para Scheliga, as ações sociais da IURD endossam a confiança pessoal e em Deus, e assim como localizam e combatem os demônios que atuam nas comunidades inviabilizando o sucesso, também evocam códigos de gratuidade, universalidade, prosperidade e justiça. Nesse sentido, a autora se aproxima das asserções de Machado (2003) e Novaes (2007), que já atentavam para ‘valores’ não propriamente oriundos ou restritos ao campo religioso.

Em resumo, a literatura especializada mostra que as obras sociais

da IURD no período inicial de constituição das benesses estiveram fortemente atreladas ao proselitismo de massa, à tentativa de rebater críticas que a igreja vinha sofrendo, e aos modos de se publicizar e de fazer política, considerando ainda as dinâmicas próprias do voluntariado leigo. Com o fechamento das unidades da ABC, viu-se a proeminência de outras práticas regionais, como o *A Gente da Comunidade* e o *Instituto Ressoar*¹⁶, acentuando a tendência percebida por Machado (2003) quanto à tentativa da IURD de estabelecer práticas sociais mais duradouras. O AGC, apesar de ter sido criado em 2005, só passou a gozar de maior destaque e articulação em função do fechamento de algumas unidades da *Associação Beneficente*. Assim, embora a tendência dos dias de hoje possa ser a prática filantrópica via AGC e *Ressoar*, a IURD, quando necessário, ainda menciona a *Associação Beneficente Cristã*, enfatizando que se trata de uma iniciativa de sucesso e preocupação com o bem estar social¹⁷.

Ampliando a análise do contexto recente, a próxima seção discorrerá sobre a sede do AGC de Minas Gerais. A interpretação apresentada de forma alguma visa esgotar a análise do vasto repertório assistencialista que a Universal vem desenvolvendo nos últimos anos. O intuito é chamar atenção para o fato de que a regionalização da prática social implica conjuntamente uma heterogeneização da assistência, e nesse sentido, os modelos de organização das benesses podem não ser necessariamente levados a cabo como referências instrumentais. A descrição do AGC mostrará que a caridade iurdiana muitas vezes ocorre acionando tão somente rubricas de sucesso.

A Gente da Comunidade e o caso belo-horizontino

Em Minas Gerais, a ação social a favor dos necessitados está organizada a partir do *A Gente da Comunidade*. Tal projeto parece seguir um movimento a fim de “regionalizar a instituição de assistência, procurando implantar em cada município uma sede local, ainda que mantidas significativas margens para o desenvolvimento de ações assistenciais não previstas” (Scheliga, 2010, p.130). Nesse sentido vale salientar dois pontos. Primeiro, que a atual regionalização da caridade iurdiana é bem diferente da que ocorreu durante o processo de institucionalização das benesses através da ABC. Arranjos beneficentes como o *A Gente da Comunidade* não se organizaram em instâncias que pudessem legitimamente receber verbas via parceria com o governo, como as associações a que se destinam orçamentos parlamentares,

por exemplo. Segundo, é justamente a descrever algumas consequências da imprevisibilidade citada por Scheliga (2010) que se dedicam as próximas três seções.

O *A Gente da Comunidade* de Minas Gerais é “um projeto de cunho social da Igreja Universal do Reino de Deus que busca conhecer as carências das comunidades, levando assistências e *informações* de acordo com as necessidades da sociedade” (Vídeo do AGC, grifo original). Porém, apesar de tal descrição, o AGC de Belo Horizonte não promove grandes eventos sociais, pois se restringe a atender poucos carentes¹⁸. É preciso negritar ainda que todas as atividades que serão mencionadas neste artigo como sendo promovidas pelo AGC eram, na época da pesquisa, mal organizadas, incipientes e improvisadas, e contavam com poucos materiais didáticos e com apenas alguns profissionais especializados nos exercícios das funções (a saber, uma assistente social e duas advogadas).

A dita sede do AGC/MG, que de agora em diante chamarei de AGC/BH, está localizada numa casa de aproximadamente 250 m², situada ao lado da Catedral belo-horizontina. Conhecida como *Casa Rosa*, em função da cor de sua fachada, ela possui três andares e garagem para seis carros. No segundo andar (que é o principal, e é nivelado com a rua), ficam cursos periódicos (de alfabetização, cabeleireiro, artesanato e informática), e vez ou outra, turmas de inglês e espanhol (cursos que não são ofertados todo ano). A assistência jurídica gratuita também ocupa o segundo andar, além do auxílio social (que funciona mais como um atendimento psicológico e que eventualmente viabiliza consultas, remédios, cirurgias e tratamentos). Já no primeiro andar, está localizada a assistência aos presidiários, que apesar de ocupar parte do espaço do AGC, veta a entrada da maior parte dos voluntários das demais atividades, o que compromete o conhecimento de suas minúcias pelos agentes envolvidos nas outras tarefas locais¹⁹. Complementando o quadro, há um projeto de saúde que não ocupa nenhum dos cômodos da casa (na época da pesquisa ele era bem rudimentar, pois fora começado em 2010).

É possível dizer que o AGC é um *locus* de maior liberdade do voluntariado iurdiano para continuar ou criar projetos diversos de auxílio social. Ele varia de conteúdo e forma administrativa de estado para estado, apesar de várias regiões eventualmente não possuírem esta forma específica de organização da caridade. Tal afirmação tem como subsídio a comparação com as distintas disposições do AGC de São Paulo, e as informações do pastor coordenador da filantropia mineira. Quanto ao AGC de São Paulo,

Scheliga (2010) mostrou que eram realizadas especialmente atividades de embelezamento, assistência jurídica, apoio médico e odontológico. A partir de seu argumento, vê-se que alguns grupos permanecem desvinculados do AGC, mesmo que o apoiem em um ou outro projeto específico. Ainda segunda a autora, o *Ler e Escrever* e mais recentemente o *Instituto Ressoar* funcionam como uma espécie de departamento social e referência para tratar relações burocráticas (Scheliga, 2010, p.137), algo que não se observa em Belo Horizonte. No AGC/BH, além de não terem sido vistas ligações com o *Ressoar* ou com grupos como o de mulheres e universitários, o *Ler e Escrever* é apenas um curso de alfabetização mal estruturado²⁰. E se não tem nem mesmo apostilas padronizadas, que dirá possa desempenhar qualquer tarefa de organização de outra benesse! Quanto às informações dadas pelo pastor coordenador do AGC/BH, se as considerarmos corretas, elas mostram que o AGC do Rio Grande do Sul é bem diferente e serve de inspiração para a criação e aprimoramento das atividades em Minas²¹.

Ademais, mesmo a sede na qual desenvolvi o trabalho de campo sendo chamada *A Gente da Comunidade Minas Gerais*, isso não significa que todas as atividades aconteçam exatamente da mesma forma em todo o grande estado ao qual o programa se refere, nem mesmo em todas as igrejas da cidade de Belo Horizonte, onde está localizada a sede do projeto. Entretanto, deve-se atentar para o fato de que esta sede é a responsável, do ponto de vista hierárquico e de concentração do poder deliberativo, por todas as ações sociais que ocorrem no estado mineiro. Os líderes da assistência nas Universais belo-horizontinas são convocados semanalmente para reuniões com voluntários ligados à Catedral, o que apesar de não significar que sigam à risca as sugestões recebidas, implica ao menos que precisam periodicamente prestar contas e participar dos encontros coletivos; vínculo este que pode ser que se dilua quando consideradas as distâncias entre a sede e as demais cidades mineiras. É preciso ressaltar também que o AGC/BH agrega todos os documentos relativos aos evangelistas do estado²².

O que mais salta aos olhos no *A Gente da Comunidade* da Catedral belo-horizontina, então, é o fato de quase todas as atividades serem realizadas para os ‘membros’ da igreja; raras são as brechas que se abrem a pessoas de outras denominações, e, diferente da recepção ‘indistinta’ que se vê pregar no templo, quase nunca são aceitas pessoas oriundas de outras denominações evangélicas no local da assistência. A ação social ali desenvolvida não apresenta pretensões proselitistas como característico da benesse iurdiana. Também não exerce um papel social relevante ou que vise

impactar as mídias locais e nacionais. E, mesmo que tenha sido cunhada a partir de perspectivas ditas “modelares” em um primeiro momento, tais ações se apresentam como uma distinta alternativa de caridade, pois restringem o acesso à assistência por meio da imposição de critérios desiguais de seleção e admissão²³.

Isto posto, parece que a ação social da IURD vem se organizando a partir de rubricas de sucesso, isto é, nomenclaturas de projetos já realizados que agregam alto capital simbólico, quer pela obtenção de sucesso por parte do programa, pela importância que essas rubricas alcançaram na comunidade religiosa e leiga ao longo do tempo, ou ainda, em função da ampla divulgação midiática. Scheliga (2010) chamou isso de modelos de assistência, de “padrões para outras experiências humanitárias”, algo que deve ser creditado, mas sobretudo considerando as frouxidões e flexibilidades de tais referências.

Em suma, é possível dizer que o AGC observado se distingue por abrigar e a si submeter todas as atividades sociais realizadas na região: o programa de alfabetização *Ler e Escrever*, os cursos de artesanato, as aulas de informática e inglês, e a assistência jurídica, de saúde e social. O *A Gente da Comunidade* de Belo Horizonte funciona como uma espécie de grande bolsão que põe em prática o repertório das ações sociais, selecionando poucos assistidos, a saber, os que dão prova de sua reputação. Vejamos como isso acontece.

Uma atestação de reputação à la Weber

A entrada de carentes nas vias de benefício social oferecidas pela IURD de Belo Horizonte será descrita tendo como inspiração a análise weberiana sobre as seitas²⁴ protestantes estadunidenses. Assim como nas seitas norte-americanas exigia-se como ingresso uma espécie de comprovação ética por meio da qual o indivíduo era selecionado, e apenas por meio dela podia participar do grupo, nas ações sociais organizadas pelo AGC/BH há similaridade com essa forma de seleção. Uma atestação moral é imposta aos iurdianos balizando o ingresso nas atividades de assistência, e desdobrando-se, conseqüentemente, em um mecanismo diferenciador e aferidor de prestígio aos que conseguem participar das práticas sociais.

Retomando rapidamente o contexto norte-americano analisado por Weber, é possível dizer que o autor se surpreendia com a atestação

de que o sucesso de um empreendedor da época estivesse tão ligado à pertença a uma seita (quer fosse protestante, quacre, cientista cristã ou outra). E ele lamentava que o tempo de formações como estas já tivesse acabado na Alemanha (Freitas, 2010). Para a filiação de um indivíduo em uma das seitas era necessário que houvesse um minucioso exame quanto à conduta da pessoa. Uma vez aprovado e admitido, o membro garantia um certificado de qualificação de sua moral, um reconhecimento que validava referências positivas e poderia até propiciar ascensão na vida econômica. Segundo Weber:

[...] O decisivo é que se seja admitido como membro através de ‘votação’, depois de um *exame* e uma *comprovação* ética no sentido das virtudes que estão a prêmio para o ascetismo (...). E isso significava, principalmente na vida econômica, um *crédito* garantido (Weber, 2002, p.215-216, grifos originais).

Segundo tal lógica, o membro de uma seita que enfrentasse dificuldades financeiras não causadas diretamente por si mesmo, tinha o direito de reivindicar assistência fraterna, sem ou com baixíssimos juros. Para o autor, esse modo de organização social não repercutia numa política de subsistência. Ao contrário, o sucesso financeiro dos membros, consequentemente a partir da comprovação que era imposta e que se estendia no reforço das qualificações daquele indivíduo, era mais um ponto na verificação da idoneidade pessoal. Aquele que desejasse uma boa incursão na vida econômica, então, teria mais chances se antes fosse aceito como membro de uma seita, como visto no caso relatado por Weber do promitente banqueiro que queria ser batizado; afinal, a seita era um modo decisivo de emplacar “chances de sucesso”.

Isto posto, é possível traçar um paralelo com a dinâmica da IURD pesquisada. Contudo, embora as referidas seitas fossem associações voluntárias de indivíduos moralmente qualificados que precisavam “provar repetidamente” seus atributos, não é prudente perder de vista que elas eram contrapostas à corporação que administrava “os dons religiosos da graça” e cuja filiação era em princípio obrigatória, a igreja. Tanto igreja quanto seita eram instituições parte de uma sociedade cuja “filiação religiosa era quase sempre formulada na vida social e na vida comercial, e que dependiam de relações permanentes e de crédito” (Weber, 2002, p.213). O contexto em que se estabelece a IURD é diferente, sobretudo se interpretado como aquele cuja oferta religiosa resulta da desregulação estatal. Enquanto nas seitas, a

admissão de um determinado indivíduo era feita após detida investigação quanto à conduta, na IURD nem sequer é preciso filiar-se; apenas para citar um exemplo das disparidades entre essas duas estruturas religiosas.

Mesmo assim, a perspectiva de seleção que ocorria nas seitas é certamente válida para pensar o espaço do AGC. A ação social em Belo Horizonte é feita para um número muito pequeno de pessoas (aproximadamente 70). Pensando no grande fluxo de indivíduos pobres que frequentam a Universal e poderiam ser potenciais recebedores das ajudas, é passível indagar como a fraternidade é organizada de modo a selecionar poucos beneficiados. O que ocorre é o seguinte: o recrutamento dos carentes passa pela exigência de “comprovação” de conduta, com a ressalva de que a ajuda oferecida pela IURD nunca é financeira, e ainda, de que as “virtudes” que estão a prêmio, não são as mesmas daquele ascetismo.

Isto é, o requerimento imposto pelo *A Gente da Comunidade* é que o carente demonstre que ele vai realmente usufruir ‘de modo legítimo’ da caridade recebida. Diferente de outras instituições filantrópicas que fazem doações sem exigir dos recebedores um envolvimento específico, ou o interesse em abandonar o estilo de vida ‘vulnerável’, a contrapartida na Universal é que o carente dê tudo de si. Os indivíduos devem de modo efetivo fazer parte do universo iurdiano – por meio de intensa participação nas reuniões e expressando valores através de um jeito próprio de falar e ser, um “jeito de ser Universal”. Trata-se de várias adesões (e é preciso salientar que o que será descrito pode ser observado em outras Universais também, embora a literatura especializada não venha apresentando descrições como esta no que tange ao engajamento dos fiéis ligados à assistência).

Explicarei como isto se dá. Na IURD, há um quase incontável número de cultos, encontros, vigílias, campanhas, momentos especiais e celebrações diversas. Nessas reuniões, alguns coordenadores dos projetos sociais e voluntários do AGC são também obreiros²⁵ e mantêm contato direto com os fiéis. Ao contrário do que às vezes se imagina, a IURD não é apenas uma igreja que oferece serviços religiosos a uma grande massa de crentes em trânsito. Mesmo que ela permita uma adesão mais frouxa por parte da maioria dos frequentadores dos cultos, ela também organiza uma determinada vivência comunitária semelhante à de igrejas evangélicas de estrutura ‘mais tradicional’.

Assim, através de um processo de comunitarização religiosa, paralelo ao de mercantilização da fé, os pastores e obreiros conhecem pelo nome aqueles que mais comparecem às reuniões, e conseguem exercer um tipo

de controle qualitativo quanto à assiduidade de muitos dos fiéis. Esse é um fator que torna a frequência periódica algo imprescindível. Os possíveis recebedores das ações sociais, então, devem expressar um forte sentimento de pertença à Universal para que sejam indicados a receber alguma benesse quando procuram por ajuda (sentimento este cuja exteriorização inicial se dá pela frequência intensa aos cultos)²⁶. A consequente desinformação das programações se torna uma das vias mais relevantes de desqualificação pessoal, pois, segundo a liderança eclesial, “reforça a fraqueza e a desobediência do indivíduo”; fatores considerados responsáveis pelas possíveis ‘falhas’ no processo de libertação ao qual todos devem estar constantemente submetidos, quer como recebedores das benções de Deus, quer como veículos dessas virtudes.

Geralmente é a partir dos cultos, orações e conversas com os pastores e obreiros que os fiéis mostram suas necessidades e carências. Em alguns dos casos em que o discurso da doação monetária como meio de colocar Deus à prova parece não funcionar (e aqui o ‘parece não funcionar’ se refere aos adeptos mais envolvidos com a igreja), ocorre a indicação para que o indivíduo procure o *A Gente da Comunidade*. É preciso ressaltar que este recrutamento talvez também possa ocorrer de outro modo, uma vez que muitos dos voluntários da ação social se recusam a falar sobre como os carentes chegam ao conhecimento da *Casa Rosa*. Mesmo assim, é certo que se o carente procura o AGC sem ser indicado, ele raramente recebe alguma ajuda. Só quando ocorre a indicação via obreiros e pastores é que a pessoa é bem recebida. E nesse sentido, o engajamento dos fiéis é algo facilmente perceptível pelos voluntários que fazem a ‘triagem’ dos necessitados, pois, de modo geral, os ‘meros’ frequentadores das reuniões nem sequer chegam ao conhecimento do que é o AGC. Isso significa ainda que a indicação pode, ocasionalmente, apresentar-se como uma contraindicação, tendo como consequência a desqualificação de algum fiel e a restrição quase definitiva do ingresso do indivíduo nas práticas de assistência.

Uma vez bem recebido no espaço da *Casa Rosa*, o fiel passa por uma entrevista com os assistentes sociais para que seja estabelecido o modo como a igreja poderá auxiliá-lo. Durante a entrevista, o carente deve demonstrar diversas disposições, o tal “jeito de ser Universal”. Esse jeito implica no domínio e uso corrente de um vocabulário com jargões religiosos fluentes na IURD (‘tomar posse’, ‘tá ligado’, ‘queima’, ‘sacrifício no altar’ etc.), além de implicar também não apenas na frequência, mas no envolvimento intenso nas campanhas (realizando propósitos (votos), colocando o nome no óleo,

passando pelo altar, recebendo orações, levantando clamores, relatando testemunhos). Além do mais, o vigor do iurdiano ainda é decorrente do fato de muitos frequentarem a igreja mais de uma vez ao dia. Eles participam de cultos específicos, como o dos empresários, da família e a “sessão descarrego”, pois não se considera que um substitua o outro. Com o cotidiano solapado pela rotina eclesiástica de modo que lhes resta pouco ou quase nenhum tempo para desenvolver relações fora desse ciclo, eles aprendem os discursos próprios a um Universal, estudam a bíblia dentro do viés das orientações recebidas, fazem jejuns, se abstêm de inúmeras comidas, gostos e práticas; tudo para ‘sacrificar’ a Deus.

Tendo isso em vista, pode ser dito que a fraternidade dos Universais, ao menos em Belo Horizonte, caracteriza-se predominantemente pela divulgação e realização de atividades para aqueles que “comprovar sua probidade” – a esses sim são destinadas aulas de alfabetização, informática, cabeleireiro, artesanato e inglês; além de assistência jurídica, social e de saúde. Como consequência desse modo particular de recrutamento de carentes, os fiéis acabam desenvolvendo um comportamento de determinação e busca pelo sucesso na vida, uma conduta de disciplina e diligência em suas tarefas dentro do espaço litúrgico, um *ethos* empreendedor.

Empreendedorismo disciplinado: a busca por ascensão

Como primeira referência para falar de empreendedorismo entre os Universais é possível citar a perspectiva de André Ricardo de Souza (2009). Este autor aponta o fato de que aquela ética de trabalho cunhada pelo cristianismo ascético (calvinista) e que levava a conceber a prosperidade como comprovação da graça de Deus não estaria presente no mesmo sentido na Igreja Universal. Apoiando-se em Ricardo Mariano, Souza ressalta que no neopentecostalismo a antiga ética de trabalho fora deixada de lado “para se tornar algo marcado pelo ritual, pela magia, e pelo pragmatismo, em termos de obtenção de donativos dos fiéis” (Souza, 2009, p.4, nota 9). Segundo ele:

as faces mais visíveis da influência religiosa no empreendedorismo econômico (...) são as associações de empresários religiosos (Campá, 1998) as organizações de mídia e marketing religioso (Souza, 2005), as redes de televisão e rádio ligadas a igrejas, a forma de gestão assumidamente empreendedora de determinadas denominações pentecostais (Campos, 1997; Oro et alii, 2003) e o grau de profissionalização dos novos pastores evangélicos (Campos, 2002)

(...) que lideram organizações economicamente ativas, cujos produtos são comercializados em determinados mercados (Souza, 2009, p.5).

Nesse sentido, ele chama atenção para os aspectos empreendedores da IURD. De um lado, a inserção na mídia (dentre outros fatores pela compra de 40 estações de rádio e 23 emissoras de televisão), de outro, a gestão de empresas de grande porte, dentre elas uma editora, uma agência de viagens e uma fábrica de móveis. Complementando seu raciocínio, ainda é possível pensar outro desdobramento advindo desta ética religiosa diferenciada de trabalho, afinal não são aquelas antigas virtudes protestantes, “íntimas e voltadas para o mundo” (Weber, 2002, p.215), que estão a prêmio na Universal.

Se o empreendedor é “aquele que age exclusivamente em prol de seu próprio negócio ou de sua corporação, na condição de empresário ou administrador” (Souza, 2009, p.2), é possível considerar não apenas a ação dos indivíduos que ocupam o topo das instâncias decisórias da IURD, mas também a perspectiva de atuação de fiéis ‘mais comuns’. Ao fazê-lo, não pretendo partir da aceção de um “individualismo corrupto e narcisista”, mas sim aproximar da noção de “empreendedorismo sacrificial ritual” (Mafra, Swatoviski e Sampaio, 2012)²⁷, pelo menos no sentido que o interpreto: como o fiel a doar não apenas dinheiro, mas disponibilidade e dedicação em atividades da igreja, incorporando assim um *ethos* empreendedor disciplinado.

Inserindo-se em obras sociais, os membros da Universal de Belo Horizonte acessam um espaço que é inalcançável aos demais fiéis e, a partir daí, aprendem a respeito de rotinas iurdianas que vão além dos cultos e que não são acessadas por qualquer pessoa. Conhecendo a organização dos uniformes, os cursos de treinamento, a burocracia administrativa, o acesso a documentos diversos, as funções de secretaria, cozinha e outros, a busca por acumular todas as tarefas possíveis se torna mais um modo de se sacrificar a Deus. Sendo a ação social uma modalidade através da qual é possível e exigida a “comprovação da moral” e a retidão do necessitado, uma vez aprovado, o fiel se diferencia dos diversos tipos de frequentadores da igreja. O membro comum adquire legitimação de sua fé e idoneidade, passando a ser considerado alguém que busca sabedoria. Para ele, o mostrar-se ‘digno’ e comprometido pode garantir inclusive a frequência a um curso de obreiro, por exemplo²⁸.

Por outro lado, para aquele que já tem sua probidade avaliada e

constantemente acompanhada (aquele que já é líder), o envolvimento nas ações sociais belo-horizontinas é a garantia de conserva-se em posições de grande concorrência. Os voluntários competem entre si visando agregar o máximo de atividades, apresentar sua disponibilidade no exercício de variadas funções, e se ocupar com afazeres de modo que fiquem conhecidos por sua imprescindibilidade. E isso funciona como um dos elementos definidores do processo rotineiro de diferenciação entre eles – em sentido positivo e negativo; tanto treinando os membros selecionados, quanto ‘refugiando’ (mesmo que temporariamente) líderes, como alguns pastores, cuja arrecadação nos púlpitos não é significativa. Trata-se, portanto, de um sacrifício pessoal de tempo e serviço, que acaba funcionando como um eficaz mecanismo de reconhecimento do compromisso do fiel com a Igreja Universal (algo que lembra o envolvimento dos iurdianos na assistência na primeira fase da ação social descrita por Machado (2003)). Para todos, enfim, a filantropia é uma forma ímpar de inserção e ascensão na complexa rede hierárquica da IURD, em que a busca e o desempenho de um papel tem importância determinante para a continuidade do exercício do religioso. Afinal, a procura pela “comprovação moral” também é uma busca por obtenção de privilégios, prestígios e status.

Nesse íterim, não se deve esquecer que as concepções de notoriedade, popularidade e gerência administrativa de sucesso dentro da Universal gravitam em torno da figura do bispo Macedo. Ele é ora o empresário bem sucedido, ora o combatente enfático das hostes malignas, ora aquele que incita uma “fé revoltada”, uma “fé arrojada”. E esse espectro relativamente amplo de possibilidades acaba por fomentar o seguinte comportamento (ao menos nos voluntários do AGC observado): os fiéis envolvidos na assistência estão a todo tempo se disponibilizando para mostrar sua utilidade e engajamento. Alguns deles deixam de realizar atividades profissionais promissoras e diminuem o envolvimento em tarefas rentáveis, a fim de mostrar o compromisso com a igreja; pois, para esses fiéis, estas também são suas “escolhas” e “decisões”, como bem afirmou Lima (2008). Trata-se de mais um modo de se empreender e apostar em uma ‘carreira’ de sucesso.

A busca desses membros por participação é tão grande que os que já conseguiram se tornar obreiros, por exemplo, não param por aí. Eles se inserem em atividades de alfabetização, nos demais cursos ministrados, no trabalho de encaminhamento social ou de ajuda jurídica etc. Quanto mais se destacam frente aos outros, mais ficam conhecidos pelos líderes a eles superiores. E as diferentes atividades também conferem variados prestígios.

Um exemplo é o das voluntárias responsáveis pela ajuda jurídica, que são sempre chamadas de “doutoras” e tratadas com mais distinção. O grau de escolaridade dessas advogadas não é o único diferencial de destaque, mas acaba propiciando algo que as faz gozar de maior privilégio: elas são confidentes e conselheiras de alguns dos pastores auxiliares, e assim estão a par de estratégias, programações e estatísticas cujo acesso a outros voluntários é vedado. E frente ao destaque de alguns, ao contrário de haver parceria entre os diversos grupos da IURD, o que se vê é uma acirrada disputa entre os voluntários que buscam alcançar posições de maior reputação²⁹.

Ampliando ainda mais a discussão sobre empreendedorismo, outra referência que pode ser citada é o raciocínio presente em um artigo de Wania Mesquita (2007), que resume boa parte dos argumentos de sua tese de doutorado. A autora, além afirmar que o pentecostalismo da prosperidade se acomodou ao “novo estágio socioeconômico da sociedade ocidental” e, de certo modo, incorporou o hedonismo moderno, próximo ao que também mostra Lima (2007), ressalta que a IURD, ao “moralizar o querer” cria “mecanismos permanentes de busca de acesso a determinados bens de consumo” (*idem*, p.119-121). Mesquita considerou que na IURD a relação religião e trabalho se desloca para a relação religião e consumo, e nesse sentido, a ética de trabalho desenvolvida se reveste dos ideais mercantis, mas da seguinte maneira:

(...) não se trata de afirmar que a Igreja Universal seria difusora de uma ética de trabalho que venha proporcionar a seus fiéis êxito socioeconômico mais elevado em relação à totalidade da população, mas sim que valoriza a atividade econômica e o rendimento daí decorrentes que possam proporcionar a aquisição de determinados bens materiais, *status* e reconhecimento social, estimulando o fiel que “corre atrás” confiando em Deus, em sua capacidade e “força de vontade” como dono do próprio negócio (Mesquita, 2007, p.141, grifo original).

Tendo isso em mente, é possível dizer que no caso do assistencialismo, apesar de o esforço disciplinado também estar longe de promover êxito socioeconômico – seja aos carentes ou aos voluntários que além de não receberem auxílio monetário acabam inclusive abdicando de oportunidades de trabalho não religioso – ele acaba por proporcionar reconhecimento, prestígio e destaque. A IURD, assim como valoriza a aquisição de bens materiais estimulando a atividade do fiel, também incita uma potencialidade pessoal, uma disposição ao engajamento nas situações de assistência, que

permite, conseqüentemente, que se ascenda na estrutura eclesiástica. Trata-se de mais um aspecto do empreendedorismo, visto “de dentro”.

Assim, o AGC/BH é uma espécie de ‘passagem obrigatória’ para todos aqueles que mais que capacitados para exorcizar demônios e entidades malignas, mesmo nos meandros de incipiência e desordem das ações sociais observadas, se tornam qualificados, desenvolvendo um *ethos* empreendedor, isto é, se disciplinando para lutar cotidianamente entre si, na busca por posições que os diferenciem e comprovem seu envolvimento e probidade. Já os benefícios materiais, estes chegarão através do bom exercício da fé. Caso a igreja possa ajudar para além das poucas benesses organizadas pelo AGC, algo de maior valor é oferecido: a confirmação da boa reputação do crente. Resultado? Uma autodisciplina empreendedora e a formação de indivíduos qualificados de acordo com o “jeito de ser Universal”.

Considerações finais

O que se observou com este trabalho é que, de modo geral, o assistencialismo iurdiano, principalmente enquanto esteve ligado à *Associação Beneficente Cristã* competiu com ações desenvolvidas por outras entidades religiosas, mediu contratos diversos, projetou a IURD no cenário das ajudas fraternas ao se apropriar de categorias do campo do voluntariado, combateu críticas, atraiu prosélitos, fomentou carreiras políticas. Com o fechamento das entidades nacionais da ABC ao longo de 2008, e através de algumas mudanças na organização da caridade dessa igreja, é possível afirmar que, mesmo mantendo o ideal de evangelização, a prática beneficente se diversificou no sentido de pluralizar-se e pulverizar-se em ações variadas.

Dentre os projetos atuais que parecem ser mais duradouros, o assistencialismo da IURD está em redesenho por parte dos fiéis e da liderança eclesiástica, principalmente a partir do *A Gente da Comunidade*; muito embora a corrida para divulgação dos AGCs possa não ser definitiva, pois não há forte identidade entre essas formas de organização, não há um discurso último sobre a assistência que se manifeste a partir delas, e ainda, os projetos podem diferir substancialmente de acordo com a localidade em que estão inseridos. Isso nos motiva a pensar que a caridade da Universal não vem se organizando tendo como base padrões ou modelos muito rígidos, mas rubricas de sucesso, possivelmente acionadas em nome do alto capital simbólico que as nomenclaturas agregam. Como a faceta da organização

filantrópica é relativamente deslocada do eixo de padronização dos templos, cultos, ritos, campanhas, uniformes etc., vê-se que a ação social da IURD configura um *locus* de maior liberdade e criatividade dos agentes envolvidos.

A partir da análise do AGC/BH viu-se que a fraternidade da IURD pode ser improvisada, incipiente e frágil. E, apesar de as impressões de campo sugerirem que as atividades são desconectadas umas das outras, o que em certo sentido é verdade, uma organização formal dos programas não é tão relevante no caso de belo-horizontino quanto o recrutamento e o empreendedorismo decorrentes da participação. A perspectiva desenvolvida nesse artigo visou ressaltar, portanto, que o “jeito de ser Universal” (percebido nas falas e no comportamento que o fiel deve expressar) é um modo de “comprovação da moral” do indivíduo, estruturando um sistema de seleção do fiel a ser ajudado.

Conseqüentemente, em decorrência da inserção do carente no espaço da assistência, o indivíduo pode desenvolver uma espécie de propensão à luta e diligência, com vistas a aumentar seu desempenho. O que chamei de *ethos* empreendedor dos iurdianos belo-horizontinos (e por que não de outros fiéis dessa igreja no Brasil) trata-se de uma disciplina que leva os crentes ao acúmulo de funções, ao reconhecimento, e ao trânsito na rígida estrutura hierárquica. Afinal, uma vez que se é provado, privilégios, status e prestígios advindos do engajamento nas rotinas da igreja passam a estar garantidos.

Notas

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Ressalto ao leitor que os vocábulos “fraternidade”, “assistência”, “caridade”, “ação social” e outros similares serão empregados no decorrer do texto com o mesmo sentido, apenas como recurso de escrita. Isso não significa que se tratem da mesma coisa, no entanto, como uma superposição terminológica foi observada no cotidiano analisado, ela foi estendida ao texto, marcando o fato de que uma distinção minuciosa, no caso específico do que será considerado, teria pouco a acrescentar.

² Neste trabalho não se propõe compreender a ação social da IURD por meio das dinâmicas do terceiro setor, embora esta pudesse ser uma discussão muito profícua.

³ O neopentecostalismo é conhecido como a terceira onda do movimento pentecostal, que surge em meados da década de 70, segundo as classificações de Paul Freston (1994). Apesar de até então não ser possível encontrar aqueles que se autodenominam neopentecostais, contrariamente aos pentecostais das primeiras ondas que reconhecem e assumem para si essa nomenclatura, entende-se esse movimento como a contemporaneidade do pentecostalismo. Suas principais características podem ser assim resumidas: há grande liberdade quanto às representações em torno do corpo, há uso deliberado de meios de comunicação de massa

para fins proselitistas, exacerba-se a guerra contra o diabo, dá-se grande ênfase ao processo de libertação para alcance da cura divina por meio da fé, e prega-se a prosperidade (ver, dentre os muitos textos produzidos sobre o assunto, as discussões de Giumbelli, 2000; Mendonça, 2008; Montero, 1999; Montero e Almeida, 2000).

⁴O observado pode não se estender a todos os membros desta igreja, afinal, a terminologia “membro” nem mesmo se encaixa de maneira plenamente satisfatória no caso da IURD, pois há vários tipos de participantes nos cultos e campanhas. Há, por exemplo, obreiros, fiéis assíduos, crentes que vão esporadicamente etc. Embora o desenvolvimento de um *ethos* empreendedor possa se restringir aos indivíduos que participam como obreiros, professores da Escola Bíblica, evangelistas e voluntários da ação social, tal fato corrobora com a percepção de que a IURD também promove uma espécie de “comunidade moral”, com laços mais duradouros e concepções claras compartilhadas pelos fiéis.

⁵Agradeço ao Prof. Marcelo Ayres Camurça, que, na defesa de minha dissertação, sugeriu o termo *ethos* empreendedor disciplinado para sintetizar o modo como percebi a disciplina dos iurdianos a partir do envolvimento deles nas obras sociais.

⁶Além do AGC, outros programas filantrópicos da igreja também variam de região para região (ver mais em Rosas, 2012).

⁷Infelizmente um trabalho importante é omitido exclusivamente por falta de acesso, pois não consegui nenhuma versão para consulta. Trata-se de Torres (2007). Como esta obra encontra-se referenciada em alguns dos textos que seguem mencionados, acredita-se que o prejuízo da não utilização direta da mesma esteja minimizado.

⁸Vários autores em algum momento pesquisaram a IURD e acabaram considerando sua ação social, ou ainda, apresentaram interpretações importantes que poderiam ser recuperadas neste trabalho. Porém, devido à extensão do artigo, foi feita uma escolha do material bibliográfico para esta seção, creditando as análises que apresentaram um volume maior de dados.

⁹Ao que tudo indica, o fechamento das unidades regionais brasileiras ocorreu ao longo de 2008. Em setembro de 2009, quando conversei com o pastor coordenador das obras sociais de Minas Gerais (que era responsável, mesmo que de modo exclusivamente formal, pelo assistencialismo de todas as igrejas do estado mineiro), a primeira informação que recebi enfaticamente foi que a ABC já não existia em nenhuma região de Minas. Este ocorrido também está de acordo com as observações sobre o fechamento da associação, feitas na tese de doutorado de Scheliga (2010), que será mais bem retomada nas próximas páginas.

¹⁰A VINDE (*Visão Nacional de Evangelização*) foi criada em 1978, mas só veio a ser reconhecida como instituição filantrópica em 1984. Foi a responsável pela criação da *Casa da Paz*, em Vigário Geral, e pela *Fábrica da Esperança* na Favela Acari, para citar apenas duas de suas ações.

¹¹Organização que assistia deficientes intelectuais em São Paulo. Hoje é chamada de *Associação Brasileira de Desenvolvimento Social* (ABADS) e está sob a coordenação do *Instituto Ressoar*, braço social da Rede Record, emissora de propriedade da IURD.

¹²Segundo a descrição da autora, a *Leão XIII* direcionava seus trabalhos aos habitantes de favelas do Rio. Hoje, a fundação está ligada à Secretaria de Estado de Ação Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.

¹³Apesar de a descrição do pensamento de Novaes (2007) ter sido situada antes em função de dar sequência a parte do raciocínio de Mariano, o escrito dela é posterior ao de Machado (2003), e expande as concepções do referido autor justamente ao olhar para as dinâmicas do voluntariado leigo, tal qual esta última.

¹⁴ O *Projeto Nordeste* era uma ação de amplo alcance da igreja, que visava acudir pessoas vítimas de desastres naturais através de distribuição de água, agasalhos e alimentos não perecíveis, além de suprir os indivíduos do interior da Bahia (Irecê) com uma fazenda autossustentável (*Fazenda Nova Canaã*), que teria desde plantação de itens de subsistência e criação de animais e peixes, a uma escola para atender crianças carentes e/ou cujos pais trabalhassem no projeto. Apesar de a dita fazenda ter sido alvo de críticas diversas, ela alavancou verbas de grandes empreendedores e fez sobressair a disposição da IURD para se projetar no campo da filantropia empresarial.

¹⁵ O período de 1994 a 1998 pode ser considerado como o marco de uma nova estratégia ainda hoje bastante evidente. Como exemplo, vê-se o destaque não somente do senador Crivella no Rio de Janeiro, mas também do deputado Carlos Gomes em Porto Alegre, e de tantos outros políticos ligados à IURD. Quanto a Crivella, Machado e Mariz (2004) já ressaltavam que ele “aprendeu rápido que o engajamento em ações filantrópicas e/ou projetos assistencialistas rende bons frutos junto aos eleitores” (Machado e Mariz, 2004, p.40). Pelo sucesso de Crivella através da idealização e contribuição financeira para projetos sociais iurdianos de maior duração, como a *Fazenda Nova Canaã*, é possível pensar que a terceira fase proposta por Machado (2003) se trate de uma extensão da segunda. A inserção política é uma tática que continua sendo utilizada por vários líderes da igreja, muito embora aqueles que estão ligados à assistência eventualmente sofram acusações judiciais de corrupção, como mostrou Souza (2011); fato que pode repercutir em afastamento futuro da vida partidária.

¹⁶ O *Instituto Ressoar* não será objeto da análise proposta ao longo da narrativa porque não aparece articulado ao AGC de Minas Gerais.

¹⁷ Na reportagem especial de 32 anos da igreja, por exemplo, postada online em novembro de 2009, a ABC ainda aparecia em destaque, principalmente pela presença internacional, como na Argentina e nos países africanos, tendo ressaltada sua capacidade de organizar grandes campanhas de solidariedade em situações emergenciais, como desabamentos, incêndios e enchentes. A ABC, segundo os responsáveis pela mídia da IURD, ainda estaria recolhendo toneladas de alimentos, agasalhos, roupas e brinquedos, a fim de assistir, sem discriminação, a pessoas carentes (fato deveras duvidoso).

¹⁸ Durante o ano de 2009 e 2010, período de realização da minha pesquisa, o AGC desenvolveu apenas duas ações sociais voltadas a pessoas de fora da igreja e o caráter proselitista de tais obras se apresentou distinto, pois para o recebimento das ajudas, os carentes eram selecionados se manifestassem algum interesse na IURD e se se dispusessem a frequentar os cultos por meio do transporte fornecido. O número de pessoas que aceitaram fazer isso foi bem pequeno.

¹⁹ O acesso ao espaço do trabalho destinado aos presidiários me foi negado por restrição de gênero. Em função disso, pouco posso dizer a respeito dele.

²⁰ Além disso, a descrição de Scheliga (2010) sobre as atividades específicas do AGC/SP, não permite inferir como os cursos e projetos estão de fato estruturados, pois a autora não se propõe a esmiuçar a dinâmica interna de cada uma dessas atividades.

²¹ Mesmo assim, durante a pesquisa, nenhuma parceria interestadual foi estabelecida, nem mesmo se viram menções recorrentes sobre o AGC/RS.

²² Durante o período observado, a articulação do AGC com o evangelismo estava circunscrita à localização dessas informações dentro da *Casa Rosa*, e ainda, em função de ser lá o local de eventuais reuniões entre os evangelistas. A participação destes nas ações sociais era quase nula.

²³ Minha afirmativa, nesse sentido, está longe de querer induzir o leitor a pensar que a IURD esteja substituindo uma lógica universalista de doação, algo bem postulado por Novaes (2007) como uma herança cultural advinda do catolicismo, por uma caridade particularista. Trata-se, no entanto, de ressaltar que, a partir da alcunha da filantropia via *A Gente da Comunidade*, outras formas de assistência podem mostrar novas bases de ajuda e envolvimento dos fiéis iurdianos, bem como apontar singularidades oriundas das relações comunitárias da IURD.

²⁴ A discussão e os decorrentes significados que se atribuem ao termo “seita” após os escritos de Troeltsch e Niebuhr não serão considerados ao longo do texto. O vocábulo é utilizado aqui apenas conforme as concepções de Weber que aparecem na tradução organizada por H.H Gerth e C. Wright Mills, intitulada *Ensaio de Sociologia*, publicada pela editora LTC (Weber, 2002).

²⁵ Obreiros são adeptos que recebem um treinamento específico para que possam ajudar os pastores durante as reuniões da igreja.

²⁶ Os ‘membros’ são chamados a “pegar firme”, frequentando ao menos as reuniões de terça, quarta e domingo. Enquanto participei das atividades sociais, além de ter observado esse tipo de exigência, também recebi reprimendas por não comparecer a esses respectivos cultos.

²⁷ Uma referência complementar de empreendedorismo aparece no texto de Mafra, Swatowski e Sampaio (2012) e reforça a concepção empregada pelas autoras. Trata-se da descrição da Igreja Universal de Macaé, que incentiva os fiéis a buscarem frentes de trabalho “não tão de ponta”, o que culmina inclusive na formação de redes de solidariedade. Mesmo que essas redes possam porventura ocorrer na Universal de Belo Horizonte, no que tange às obras sociais vê-se uma acirrada disputa entre os fiéis evangelistas, professores, assistentes e obreiros (estes últimos que por vezes são também evangelistas e voluntários sociais).

²⁸ Deve-se deixar claro que a mobilidade religiosa do membro interessado em assumir posições de liderança ocorre predominantemente pela confirmação dos pastores. Como na IURD a dominação é carismática, a nomeação dos líderes é eventual e nem sempre está atrelada aos cursos oferecidos pela igreja.

²⁹ A disputa entre os voluntários do AGC deve ser entendida também mediante a tentativa de alguns agentes de esconder quem são as fontes patrocinadoras das ações sociais. Em Belo Horizonte, raramente os necessitados têm contato direto com as figuras públicas, por exemplo. Isso se dá principalmente para que estas não construam carreiras sem relação com a IURD. Ademais, os voluntários que fazem as mediações usufruem do status oriundo do contato restrito com os políticos.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. *Revista USP*, São Paulo, n.67, p.100-115, setembro/novembro de 2005.
- CONRADO, Flávio César dos Santos. *Religião e cultura cívica*: um estudo sobre modalidades, oposições e complementariedades presentes nas ações sociais evangélicas no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro, *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-119, 2000.
- _____. *O fim da religião*: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: Attar Editorial, CNPq/Pronex, 2002.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro In: ANTONIAZZI, Alberto (et AL, orgs.). *Nem anjos nem demônios*: interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, p.67-162, 1994.
- FREITAS, Renan Springer de. Weber e o advento do novo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 2, p.337-365, 2010.
- LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. “Trabalho”, “mudança de vida” e “prosperidade” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.132-155, 2007.
- _____. “Prosperidade” na Década de 1990: Etnografia do compromisso de trabalho entre Deus e o fiel da Igreja Universal do Reino de Deus, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 51, n. 1, p. 7-35, 2008.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Igreja Universal: uma organização providência In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.303-320
- MACHADO, Maria das Dores Campos; MARIZ, Cecília Loreto. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro, *Ciencias Sociales y Religión*/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p.31-49, outubro de 2004.
- MAFRA, Clara; SWATOWISKI, Claudia; SAMPAIO, Camila. O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n. 78, p.81-96, fevereiro de 2012.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais*: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2005.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *Protestantes, pentecostais e ecumênicos*: o campo religioso e seus personagens. 2ª edição. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2008.

- MESQUITA, Wania Amélia Belchior. Um pé no reino e outro no mundo: consumo e lazer entre pentecostais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n.28, p.117-144, julho/dezembro de 2007.
- MONTERO, Paula. Religiões e dilemas da sociedade brasileira In: MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, volume 1, 1999.
- MONTERO, Paula; ALMEIDA, Ronaldo. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas In: RATTNER, Henrique (org). *Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: Edusp, 2000. p.325-340.
- NOVAES, Regina. Hábitos de doar: motivações pessoais e as múltiplas versões do “espírito da dádiva” In: BRITO, Márcia; MELO, Maria Emília (orgs). *Hábitos de doar e captar recursos no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2007. p.15-56.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 53, p.53-69, outubro de 2003.
- ROSAS, Nina. *As obras sociais da Igreja Universal: uma análise sociológica*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012 (*no prelo*).
- SCHELIGA, Eva Lenita. *Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2010.
- SOUZA, André Ricardo de. Abrangência e controvérsia do terceiro setor cristão. Trabalho apresentado no XV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, Curitiba, 2011.
- _____. Nosso empreendedorismo liberal cristão In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, *Anais...*, Caxambu, Minas Gerais, 2009.
- TORRES, Raimunda Célia. *A trajetória da assistência na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD): configurações e significados – um olhar sobre a Associação Beneficente Cristã (ABC) do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião (PPCIR), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002.